LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

UM OLHAR SOBRE A TRÍPLICE FRONTEIRA DA ACULTURAÇÃO INDÍGENA NA AMAZÔNIA, COM ÊNFASE NO PARQUE DAS TRIBOS-BRASIL, NO PERÍODO DE 2023-2024[1]

https://doi.org/10.56238/levv15n43-093

Data de submissão: 22/11/2024 **Data de publicação:** 22/12/2024

Antônio Ruiz da Silva
Professor Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas CSTB/UEA 2006
Especialização em Educação Ambiental Para o Desenvolvimento Sustentável pela Faculdade Salesiana Dom Bosco, FSDB, Brasil 2009
Mestre em Ciência da Educação pela Universidad de La Integración de Las Américas – UNIDA/PY no ano de 2021
Doutor em Ciência da Educação pela Universidad De La Integración De Las Américas – UNIDA/PY no ano de 2024

RESUMO

Atualmente no Brasil, habitam um pouco menos de um milhão de pessoas autodeclaradas indígenas. A maior parte delas na Amazônia. Trata-se de uma população certamente muito menor do que aquela que se encontrava aqui, há pouco mais de quinhentos anos, antes da chegada dos europeus nesse território que, hoje, chamamos América. O processo de aculturação foi definido como o estudo dos fenômenos que resultam quando grupos de indivíduos possuindo culturas diferentes entram em contato direto e permanente e das consequentes mudanças nos padrões culturais desses grupos. Desta forma, optou-se como temática dessa pesquisa "Um Olhar Sobre a Tríplice Fronteira da Aculturação Indígena na Amazônia, com Ênfase no Parque das Tribos-Brasil, no Período de 2023-2024". Tendo como objetivo geral: Identificar a cultura dos povos indígenas da Amazônia seus costumes, seus rituais, seu folclore, dança, arte e língua, e o processo da aculturação com o homem branco, A pesquisa partiu de uma metodologia exploratória com o enfoque qualitativa-quantitativo, através da realização de questionários aplicados professores, realizando dessa forma a discussão das falas dos pesquisados. Constatou-se que, o processo de aculturação ocorre desde o tempo colonial e que isso pode implicar a perda de costumes e hábitos indígenas. Evidencia-se que a educação indígena tem sido um desafio para professores que atuam nesta população, e com isso, é importante políticas educacionais que preservem essa cultura, pois ela faz parte da história do povo brasileiro.

Palavras-chave: Educação, Indígenas, Aculturação.

[1] Artigo extraído, da TESE de Doutorado apresentado a Facultad de Postgrado Maestría en Ciências de la Educación em la Universidad de la Integración de las Américas – UNIDA, Localizada na Cidad del Este - Paraguai, para obtenção do título de Doutor em Ciência da Educação no ano de 2021.

1 INTRODUÇÃO

A história humana foi e ainda é contato constante entre diferentes grupos sociais com conflitos, dominação, assimilação e alianças de acordo com o respectivo poder. Nessas relações há uma grande interação social e cultural que impõe, aceita ou compartilha costumes e hábitos. Assim, os vários países do mundo são formados por uma mescla de histórias e culturas, como é o caso do Brasil que, desde a chegada dos portugueses até hoje, mantem essa diversidade cultural e grupos sociais em contato, sendo um deles o grande contingente de pessoas denominadas "índios". Situação Problema: O problema que motivou este estudo surgiu quando, na Amazônia, foi observado um grande número de índios que chegaram de suas tribos e começaram a perder seus costumes, marcando um processo sociológico e antropológico que ocorre quando duas culturas se encontram

A Constituição de 1988 garantiu às comunidades indígenas o direito de afirmação de sua identidade cultural, com uma educação voltada para suas especificidades, garantia de sua língua nos processos educacionais, uma educação diferenciada, preservação de seus costumes, respeito às suas crenças e tradições de modo a preservar sua cultura. Objetivo Geral: Identificar a cultura de dois povos indígenas da Amazônia com seus costumes, seus rituais, seu folclore, dança, arte e linguagem, e o processo de aculturação como homem branco, como Objetivos Específicos: Analisar a diversidade cultural e como se organização social dos indígenas no Brasil; Descrever o processo da aculturação do povo indígena e suas perdas culturais no espaço das transformações nos centros urbanos; Relatar o processo histórico da educação indígena e suas políticas públicas que visam proporcionar aos indígenas direito à educação.

A aculturação acontece quando duas culturas distintas, no caso, portuguesa e indígena, se encontram e uma influência a outra, no caso brasileiro, a cultura portuguesa influenciou a cultura indígena. Precisa-se que as políticas públicas voltas a proteção indígena sejam validadas e se cumpra o determinado, pois não havendo proteção e suporte ao indígena os mesmos migram para os centros urbanos e acontece o processo de aculturação e as perdas dos seus costumes.

Para que esta investigação científica recebesse respaldo legal, esta passou por todas as etapas pertinentes ao processo legal, sendo está registrada na Plataforma Brasil sob o número CAAE 75851823.9.0000.5014, a qual submeteu o projeto de pesquisa ao conselho de ética da Universidade Luterano de Manaus-CEULM/UBRA registrada com o cep: 69.077-730, que conforme parecer número: 6.602.901, conforme documentos em anexo, aprovou a realização da investigação aqui desenvolvida.

2 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

Para entender os avanços educacionais alcançados ao longo da história é preciso conhecer o ponto de partida e a referência que se tinha para impulsionar as mudanças. Como forma de unificar as

diversas populações indígenas que aqui existiam e impor a cultura europeia aos nativos, a Companhia de Jesus, chefiada pelo Padre Manuel da Nóbrega em meados de 1549, fez uso da escolarização como forma de catequização e imposição cultural.

A crise da fé católica motivada pela Reforma Protestante, fez com que a igreja voltasse seus olhares para os nativos a fim de propagar a religião na nova colônia, mesmo que isso implicasse na aculturação desses indivíduos, pois o esperado era que estes se comportassem de forma semelhante àqueles da sociedade colonial. Já passamos de Colônia para Império e de Império para República ao longo da história do nosso país, mas ao observarmos a forma como os nativos são tratados em nossa sociedade a tentativa "civilizatória" ainda é muito mais forte que o respeito às diferenças (LARAIA, 2009). A educação dos povos indígenas ainda no Brasil Colônia com a chegada dos jesuítas não foi vista como uma educação escolar, mas como uma escolarização voltada totalmente para a catequese. Os índios assistiam as missas ali ministradas pelos jesuítas que acreditavam torná-los humanos e civilizados, pois os consideravam selvagens. A catequese e a missa na vida dos povos indígenas daquela época eram uma forma de salvação (RIBEIRO MEIRELES, 2020). Nesta mesma perspectiva diz Brandão (2007) explica que:

> Um índio civilizado é um índio que foi civilizado por um branco civilizador. O artifício do domínio – aquilo que é real sob os disfarces dos encontros de povos e culturas diferentes – é o trabalho de tornar o outro mais igual a mim para colocá-lo melhor a meu serviço. (BRANDÃO, 2007, p.8).

Brandão afirma em seu discurso que o índio foi remetido a assimilar aquilo que não o cabia, sofrendo o processo de aculturação que não lhe dava o direito de viver a sua cultura e o que os portugueses queriam eram as riquezas avistadas no Brasil. Os povos indígenas foram ameaçados, vítimas de extermínio físico e da sua diversidade cultural. Esse período vai se estender até o século XX (RIBEIRO MEIRELES, 2020). Nesse contexto, com a chegada do diretório pombalino no ano de 1757, onde os jesuítas expulsos, os indígenas passaram a aprender a ler e escrever na língua portuguesa. Mesmo com a expulsão dos jesuítas as mudanças acometidas nesta fase pombalina não foram significativas. Embora duas escolas públicas fossem criadas, os povos indígenas tiveram suas etnias dizimadas, sua cultura deturpada e os ensinamentos dos mais velhos já não existiam mais (RIBEIRO MEIRELES, 2020).

Nessa perspectiva, a educação escolar indígena nos anos 70 inicia uma luta, pois aqui nascem os movimentos indígenas apoiados na Constituição de 1988, que propõe uma educação diferenciada, respeitando a diversidade de cada povo (RIBEIRO MEIRELES, 2020). Desta feita, destaca-se o artigo 78 da LDB:

> afirma que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue para a reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização

> de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e aos conhecimentos valorizados pela sociedade nacional. (BRASIL, 1996, p. 6).

O sentimento de que os índios devem ser cuidados ou orientados, e ainda que devem ter alguém para falar por eles é herança de anos de subjugação e subestimação desses povos. O sistema tutelar, forma de controle mascarada de benefícios aos indígenas que durou vários anos, ainda que extinta pela Constituição de 1988 demonstra seus frutos nos dias de hoje. Com o objetivo final de integrar os indígenas à sociedade colonial brasileira, o processo de escolarização servia como ferramenta para uma espécie de adestramento pelo qual os nativos deveriam passar antes de serem considerados integrados à essa sociedade (MARTINS, 2009). Criada para defender os interesses da igreja frente aos avanços que pregavam ideias contrárias àquelas defendidas pelo catolicismo em 1534 e reconhecida pelo Papa Paulo III em 1540, durante as grandes navegações assumiu a responsabilidade de levar a fé cristã aos que ainda não a conheciam, e consequentemente os catequizariam. Por ver nos jesuítas uma postura mais rígida e rigorosa, acreditavam que esses eram os mais aptos a propagar a fé pelo mundo.

Em 1549 começou a se estruturar a escola para os indígenas na colônia com a chegada dos jesuítas à mando da Coroa. Inicialmente a Companhia de Jesus tinha como alvo principal a busca nas aldeias por crianças que pudessem ser alfabetizadas e catequizadas. Essas crianças eram retiradas de seu convívio familiar para serem levadas à colégios onde recebiam uma educação voltada para a formação de futuros pregadores da religião católica. Tal medida não obteve êxito, pois as mudanças se davam de forma muito lenta e quando os nativos retornavam para suas aldeias se readaptavam à dinâmica ali presente e voltava a ter as mesmas crenças e costumes que seu povo, desconsiderando tudo aquilo que haviam recebido pelos jesuítas nas escolas (LARAIA, 2009). Com o intuito de solucionar tal problema e otimizar suas ações, os jesuítas então criaram os aldeamentos, que permitia a concentração de vários povos indígenas em grandes aldeias controladas por eles. Os aldeamentos representavam grande controle da Coroa e uma fonte de prestação de serviços, como mostra PERRONE (1992) ao trazer que:

A aldeia é a concretização do projeto colonial, pois garante a reconversão, a ocupação do território, a sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento económico da colónia. Os jesuítas são inicialmente responsáveis pela administração das aldeias, não só pela catequese (orientação espiritual), mas também pela organização das aldeias e pela distribuição da mão de obra indígena para os serviços, tanto para a aldeia como para os moradores e para a coroa (‘governo temporal”) (p.119).

Apesar de situadas nas proximidades das povoações coloniais, os índios dos aldeamentos não podiam ter qualquer contato com o que acontecia no exterior, pois na visão dos jesuítas os costumes dos colonos, que em sua maioria eram criminosos, poderiam influenciar em condutas negativas e que

não condiziam com as crenças da igreja. Essa falta de contato com os colonos configurava uma espécie de cárcere ao qual os índios estavam sujeitos

3 ACULTURAÇÃO NO BRASIL

A aculturação é o processo de troca entre diferentes culturas em razão de sua coexistência, de modo que a cultura de sofre ou influencia a construção cultural de outra. Esse processo não deve, entretanto, ser confundido com outros fenômenos de interação entre diferentes culturas, como a assimilação cultural, o processo pelo qual um grupo cultural assimila ou adota os costumes e hábitos de outra cultura em detrimento da sua. No processo a cultura "tradicional" do grupo se desenvolveu gradualmente. Substitui e perca com o tempo. Embora possa ser um catalisador para essa assimilação, nem toda adopção de diferentes traços culturais resulta na substituição ou abandono de outro aspecto cultural.

Observa-se que a cultura não é imutável, mas o processo de aculturação não equivale à mudança cultural, na medida em que a adopção de determinadas características culturais, como a mudança ou a adopção de uma forma diferente de vestir, não necessariamente implicará no abandono ou mudança de outro aspecto cultural. O processo de adaptação cultural ocorre através do contato de duas ou mais matrizes culturais diferentes, ou seja, interações sociais entre diferentes grupos culturais, em que todos ou um deles se modifica para criar uma nova cultura.

Este, por sua vez, terá como base elementos de suas matrizes culturais iniciais, como é o caso da formação da sociedade brasileira. Como se sabe, são inegáveis as influências que as culturas africanas, europeia (especialmente ibérica) e indígena tiveram na constituição da cultura nacional. É possível afirmar que a aculturação seria uma forma de transformação cultural promovida por fatores externos (contato entre diferentes padrões culturais), ao contrário daquele processo permanente que ocorre na própria cultura, ou seja, na própria sociedade ao longo da história. É importante dizer que os valores e costumes de um determinado povo podem mudar de acordo com uma “dinâmica do próprio sistema cultural” (LARAIA, 2008, p. 96), embora de forma mais lenta e progressiva.

Desse encontro de conhecimentos não-indígenas e indígenas, surge a educação intercultural, um outro conceito necessário quando falamos de educação escolar indígena. Para entendê-lo, utilizo o pressuposto epistemológico de Candau (2005, p. 165), quando afirma que essa forma de compreender a educação “rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais. Concebe as culturas em contínuo processo de elaboração, de construção e reconstrução. Certamente cada cultura tem suas raízes, mas estas raízes são históricas e dinâmicas” (MOURA; LOBO, 2018).

O termo intercultural deriva do latim, o prefixo inter, quer dizer entre em junção com a palavra cultura, assim seria dizer entre culturas. Nesse caminho, a ênfase dada recai em relacionar, interagir duas ou mais culturas no engendramento do conhecimento (SANTOS, 2021). Deste modo, a educação

intercultural, refere-se a formar indivíduos com a perspectiva de passear, conhecer diversas culturas e ao mesmo tempo com o contato com a outra cultura problematizar seus próprios preconceitos. A educação intercultural, neste percurso, afirma a própria identidade de um povo sem a necessidade de oprimir ou ser oprimido, valorizando ambos conhecimentos e peculiaridades individuais e/ou coletivas de cada povo, ou seja, direitos da igualdade e da diferença. Nesse viés, como nos afirma Candau (2014).

> A Educação Intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos individuais e coletivos, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça de social, econômica, cognitiva e cultural, assim como a construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença (CANDAU, 2014, p. 1).

A educação intercultural é pautada na construção de elos ligados aos conhecimentos culturais, religiosos, variações linguísticas, dentre outras particularidades que possam existir em uma região ou povo (SANTOS, 2021). Nesse sentido, a interculturalidade consiste na possibilidade de integrar o conhecimento próprio da cultura indígena e o conhecimento historicamente acumulado, promovendo de forma simultânea o confronto e o diálogo entre as culturas, oportunizando aos envolvidos a compreensão da ambivalência e também do encontro de saberes. A vertente de uma educação indígena intercultural se traduz num sincretismo que reconhece a diferença, valoriza as identidades, promove a tolerância e compreende as metáforas (MOURA; LOBO, 2018).

O processo de implantação pode ocorrer de forma menos delicada. e de forma mais grandiosa e rápida em relação aos demais processos citados, embora as regras não estejam definidas. Em um equilíbrio de poder entre grupos (entre dominantes e dominados), como olhamos nas formas de colonização das américas portuguesa e espanhola, a aculturação pode causar algum trauma quando se torna violenta, principalmente quando o grupo dominado vê sua cultura vilipendiada. Por outro lado, o processo de aculturação não tem apenas esse aspecto negativo ou radical, mas pode ocorrer de outra forma, o que significa a existência de uma assimilação de aspectos culturais entre os povos não de forma imposta, mas de forma natural. Até porque, como aponta Fazerroque Laraia (2009), nenhum sistema cultural é afetado apenas pelo que se chama de mudança cultural interna convencional. Principalmente considerando a possibilidade de estarmos completamente longínquos do isolamento social.

No Referencial Curricular Nacional voltado às Escolas Indígenas (RCNEI), a interculturalidade é abordada através do diálogo respeitoso entre a realidade dos próprios alunos e os conhecimentos vindos de diversas culturas humanas. Desse modo, é a escola indígena que deve tornar possível essa relação entre educação escolar e a própria vida em sua dinâmica histórica. Porém, o desafio é colocar em diálogo, sob condições de desigualdade social e política, as culturas “ameaçadas” pelos elementos

culturais de grupos de muito maior prestígio e poder (MOURA; LOBO, 2018). Os índios, embora através de um procedimento diferenciado, também tiveram suas culturas negadas. A igreja auxiliou na manutenção do controle social através da catequese e da imposição dos costumes europeus possibilitando a ocupação territorial portuguesa. Para tanto, utilizou os costumes dos índios, sua língua, seus deuses, e os reverteu para a Eucarístia, santificando-os. "A aculturação católico-tupi foi pontuada de soluções estranhas quando não violentas. O círculo sagrado dos indígenas perde a unidade fortemente articulada que mantinha no estado tribal e reparte-se sob a ação da catequese, em zonas opostas e inconciliáveis" (Bosi, 1992, p.66).

É possível, então, afirmar que os processos próprios de aprendizagem da educação indígena, na perspectiva da interculturalidade, se traduzem num diálogo sincrético permeado por vários fatores fundamentais da cultura da comunidade, entre eles, a construção e o fortalecimento da identidade e a experiência de reorganizar o próprio conhecimento escolar, considerando as contribuições dos mais velhos da comunidade, que são bibliotecas vivas de cada povo. Dito de outro modo, a interculturalidade se produz em uma perspectiva dialógica, em um diálogo entre as culturas (MOURA; LOBO, 2018).

Sendo assim, para que a educação na escola indígena se torne intercultural, é fundamental conhecer os princípios da educação indígena para construir um diálogo com a educação escolarizada, refletida e alicerçada numa educação dialógica. Dessa forma, a educação intercultural se apresenta como uma ponte entre a aldeia e o mundo. Essa ideia implica um projeto educativo que tem na sua base o diálogo de saberes – desafio colocado para a escola comprometida com os interesses das comunidades indígenas –, em meio ao qual os professores assumem um papel fundamental na construção dialógica do conhecimento (MOURA; LOBO, 2018).

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O Parque das Tribos é um encontro de famílias indígenas que inclui o casal indígena João Diniz Albuquerque, da etnia Baré, e Raimunda da Cruz Ribeiro, da etnia Kokama. O Parque das Tribos é reconhecido como um bairro indígena respeitado por estudantes e pesquisadores de universidades públicas do Amazonas, bem como de outras regiões.

Os procedimentos técnicos científicos foram derivados dos conceitos de Marcone e Lakatos de 2010. Os procedimentos metodológicos para coleta de dados e redação da Tese foram divididos em etapas, sendo que a primeira etapa foi dedicada à compreensão do Estado da Arte, realizando uma pesquisa teórica em sites, revistas, livros e anais sobre comunicação áudio e visual. Na segunda etapa, foi realizada uma visita aos locais de pesquisa, onde foram feitas observações iniciais e também foi solicitada autorização aos órgãos competentes para a condução da investigação. A terceira etapa foi dedicada à observação da prática de ensino e aprendizagem nas escolas, esta etapa teve como objetivo evidenciar a forma como o conhecimento era transmitido e o processo de ensino e aprendizagem.

Quarta etapa nesta etapa primeiramente foi elaborada o material para a realização da pesquisa, em seguida foi realizada a entrevista com os participantes da investigação, na etapa seguinte, foi destinada a análise dos resultados em na fase seguinte destinou-se o tempo para análise dos dados obtidos na pesquisa bibliográfica bem como a pesquisa de campo realizando uma correlação dos dados obtidos.

Na fase seguinte foi destinada a escrita da tese onde está estar dividida em capítulos, no primeiro capítulo, está apresentado como o Estado da Arte, este capitulo está subdividido em tópicos para discorrer dos conceitos e apresentar os autores que embasam esta investigação, no segundo capitulo destaca-se os dados das escolas pesquisas, o público alvo, sua localização, suas dificuldades, está em destaque também, os objetivos que embasavam esta investigação e os procedimentos metodológicos utilizados, no terceiro capitulo, está apresentado os resultados a as discursões inerentes a investigação realizada.

Os dados obtidos foram tratados de forma qualitativa e apresentados em forma de gráficos, tabelas e quadros para facilitar a compreensão dos resultados, enquanto aos dados da entrevista estes formam sintetizados e apresentados conforme a fala dos participantes. A pesquisa bibliográfica e de campo foram embasadas nos conceitos de Marcone e Lakatos (2010) e Richardson (1999). Na última etapa a tese foi apresentada pronta para defesa e avalição da banca examinadora. A pesquisa etnográfica é um método comumente usados por antropólogos para estudar uma sociedade ou grupo social. Uma pesquisa etnográfica busca compreender as tradições, costumes, crenças, hábitos e valores dessa comunidade. Além disso, é comum que estudos tentem entender as mudanças nessas características ao longo das gerações. Para esse tipo de pesquisa, é necessário que o pesquisador tenha uma relação muito próxima com o grupo para que possa compreender as relações e percepções de mundo desses indivíduos. (Sampiere Hernández, 1997).

O enfoque, trata-se de uma abordagem, qualitativa e quantitativa, adotando como procedimento técnico pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Deste modo, através da classificação das fontes possibilita a realização de um julgamento qualitativo complementado por "estudo estatístico comparado" (FONSECA, 1986).

A população indígena objeto do estudo foi composta diretamente por jovens, famílias e professores da Reserva Parque das Tribos no município de Manaus. A Reserva Parque das Tribos que "compõe duzentas e oitenta e três (283) famílias conforme documentos de 2014, atualmente 2021, são mais de quatrocentas (400) famílias", e uma das mais numerosas reservas legalizadas na cidade de Manaus, pode ser considerada como o mais importante assentamento no Estado.

Para a coleta dos dados foi elaborado um roteiro de entrevista para ser utilizado como instrumento de auxílio ao entrevistador, pois, foram usadas as técnicas holísticas e dialogadas com gravações de vídeos das conversas. Pois, se trata de uma pesquisa etnográfica e dialética de abordagem qualitativa por se tratar de uma pesquisa cultural. Onde foram captadas por meio de entrevistas

gravadas e questionários pessoais, individuais num percentual de cinco líderes de etnias e quinze alunos de series iniciais da Escola UKA UMBUESARA WAKENAI ANAMAREHIT, dois professores da referida Escola.

5 ANÁLISE DOS RESULTADO E DISCURSÕES

A diversidade cultural, como o próprio termo sugere, refere-se aos diferentes costumes e tradições de um povo e pode ser representada pela língua, crenças, comportamento, valores, culinária, política, arte, música, entre outras coisas. A diversidade cultural dos povos indígenas Povos inclui as diferenças culturais que existem entre os povos e suas comunidades indígenas, como língua, danças, vestimentas, tradições e herança física e biológica, bem como as formas como as sociedades indígenas se organizam de acordo com sua visão de mundo.

Entre as tradições indígenas, destacam-se a importância que atribuem à música e à dança, à arte das penas, da cestaria, da olaria, da tecelagem e da pintura corporal. A música é usada em ocasiões especiais, como ritos de guerra, festivais de plantio e colheita e ritos de iniciação. Ou ao receber os visitantes na aldeia, eles se fantasiam e realizam danças, sendo a mais popular a dança da farinha.

FIGURA 01: DIVERSIDADES INDÍGENAS BRASILEIRA



Fonte: IBGE 2022

Como exemplificado na figura 01, a quantidade de indios no Brasil é muito grande bem como suas etinias e a diversidade das línguas, e ainda existe pessoas que se consideram indios. A divulgação da cultura indígena pode sensibilizar a população para a importância de viver de forma sustentável e, assim, utilizar práticas conservacionistas e transmitir para as futuras gerações o conhecimento adquirido por esses povos. A valorização da cultura indígena é um dever de todos os países do mundo.

No parque das tribos, os indios que lá residem, procuram manter suas tradições e costumes, por ser uma área que fica localidada dentro da cidade de Manaus, esses costumes começam a se perder.

Essa perca começa pela alimentação, em suas tribos eles comiam; frutas, verduras, legumes, raízes, carne de animais caçados na floresta (capivara, porco-do-mato, macaco, etc), peixes, cereais, castanhas. Hoje eles começam a se alimentar de pão, guaraná, enlatados, açucar, bebidas alcolicas, droga.

Levando em conta o universo diversificado de atendimento estudantil mais democrático nos espaços escolares regulares, as políticas públicas devem ser específicas realizados em ambientes educacionais indígenas bilíngues, a fim de compreender a forma como esse direito é implementado por lei. É crucial reconhecer que falar sobre os povos indígenas é uma tentativa de encontrar uma dolorosa sequência histórica que começou durante estes cinco séculos de conquista e subjugação. Para garantir os direitos de utilização e ensino da língua nas escolas indígenas, o governo brasileiro promulgou diversas leis, essas leis são as primeiras a serem implementadas no país hoje, pois a educação dos povos indígenas passou por inúmeras mudanças, desafios e sucessos.

A promulgação da Constituição de 1988 é considerada um passo significativo na reconceitualização da O governo brasileiro e seus homólogos indígenas têm um histórico de tensão e controvérsia. É crucial os dispositivos da Constituição Federal sobre os povos indígenas conferem-lhes uma educação específica, culturalmente específica, bilíngue e diferenciada por lei. A partir daí diversas leis foram aprovadas para promover o ensino da língua nativa e sua prevalência nas escolas indígenas do país.

A LDB reconheceu que fornece educação de qualidade aos povos indígenas e usar línguas nas escolas para educar as crianças indígenas e promover a integração cultural na corrente principal sem sacrificar tradições ou costumes era importante para a incorporação dos povos indígenas na população nacional sem comprometer a sua cultura. Isto promoverá o ensino de línguas indígenas nas escolas e facilitará a aprendizagem de ambas as línguas nas escolas. O Plano Nacional de Educação (PNE), legislação nº 10.172/2001, por reconhecer o percurso histórico de institucionalização dos povos étnicos, foca, em sua redação, os pontos fundamentais do documento são as políticas educacionais que se destinam aos povos indígenas, método de orientação das garantias elencadas no documento, que têm por finalidade universalizar a oferta de programas educacionais a todas as turmas do ensino fundamental.

Os objetivos do PNE que se destinam à educação indígena no domicílio apresentam dois aspectos importantes. O primeiro é a modificação dos programas educacionais existentes, tais como: o livro didático, a biblioteca escolar, a merenda escolar, etc. O segundo ponto diz respeito à responsabilidade dos estados na oferta da educação indígena. Na escola, há um equívoco sobre o método a ser empregado com alunos de etnia matriculados em classes regulares. Muitas escolas não levam em conta as especificidades da educação indígena e participam das atividades de forma típica dos não-índios serviu como tutor para estudantes indígenas que não fossem indígenas.

A educação indígena, derivada da teoria democrática, não é estruturada nem possui viés empírico em relação às políticas educacionais destinadas aos estudantes indígenas. Essas regras garantem seu potencial máximo em um ambiente a um monitoramento de gestão que abrange desde a formação dos professores à aquisição de materiais específicos em prol da garantia dos direitos das populações indígenas.

Além disso, sugere-se que a escola crie, junto à comunidade escolar, uma abordagem metodológica específica, adequada para uso em sala de aula, que leve os alunos a reconhecer e valorizar sua cultura e princípios identitários. Nesta proposta, os professores deverão ser acompanhados em seus métodos de ensino, isso ajudará os alunos a terem uma aula agradável, por exemplo, contando histórias sobre sua etnia, ou aumentando a língua indígena neste espaço. Ao descrever o processo da aculturação do povo indígena e suas perdas culturais no espaço das transformações nos centros urbanos apresentasse duas causas principais aproximam os índios do ambiente urbano: o movimento de migração das terras de origem para as cidades e a integração de áreas indígenas pelo alcance do crescimento urbano.

Grande parte da população indígena em meios urbanos vive nas periferias, e sofre todos os tipos de desafios de quem vive as severas desigualdades socio-territoriais: quase não têm acesso a bens e serviços (quando tem é precário) e a políticas sociais, e tem pouco poder aquisitivo. Quando se perguntou dos professores participantes da entrevista sobre o que faz os índios virem para os centros urbanos, rela real do parque das tribos as respostas foram as seguintes:

TABELA: 01 Motivos da Migração para Centros Urbanos

P1	Olha! Sem dúvidas, a escasses de alimento, é um fator relevante que faz com que os índios migrem para os centros urbanos.
P2	Com a chegada de diverssas etinias no parque das tribos, observou-se que o desmatamento na minha opnião é um fator elevado, pois o homem branco começa a construir as cidades sobre as matas, que acaba gerando a escasses de alimentos e deixando o indio desprotegido.
P3	A floresta amazônica deixou de ser o lar de milhares de indígenas. São poucos os que permanecem na floresta, pois enfrentam grandes problemas com a extração de madeira, que se torna um fator de alerta e proteção.
P4	Apesar de buscar melhores condições de vida na cidade, a maioria dos indígenas vive em situação de pobreza, tem dificuldade de conseguir emprego se depara com o processo da descriminação, e a principal renda vem do artesanato, outros vivem de renda ofertada pelo governo federal.

Fonte: Pesquisa de campo realizada aem 2022.

Todos os indivíduos nascem com a capacidade de utilizar a linguagem, atributo comum da espécie humana. e a linguagem é usada para se comunicar com os humanos pode executar múltiplas funções: a linguagem possui múltiplas capacidades. A linguagem não é usada apenas para se comunicar com os humanos, mas também para definir a identidade do indivíduo. O conhecimento indígena é transmitido pelos idosos em todas as oportunidades, durante a manhã, tarde e noite, as crianças recebem aulas sobre plantas, que são benéficas que prejudicam o consumo pessoal, os animais do

planeta, o ar e a água, essas lições são criticadas ou transmitidas através da língua nativa. Os idosos transmitem os seus conhecimentos aos mais jovens através de histórias e argumentos, entre outros métodos.

A importância da preservação da língua materna é crucial para o desenvolvimento da cultura indígena, o conhecimento indígena é adquirido através da interação com o meio ambiente e através da imaginação, da prática constante de ouvir as coisas no contexto de sua importância para o sujeito espaço, com o entorno. A descrição de sistemas educacionais que promovem a educação bilíngue e intercultural para os povos indígenas, esta educação permite-lhes recuperar suas línguas nativas a sua memória histórica, a reafirmação da sua identidade étnica, a valorização das suas línguas e ciências, e o acesso à informação e ao conhecimento científico da comunidade nacional e de outros povos indígenas.

Como resultado, pode-se deduzir a lembrança histórica da escola e a ênfase da importância do ensino. É assim que a escola deve estar equipada com uma nova abordagem de pensar e agir, a escola deve ter uma perspectiva mais ampla para acompanhar e incentivar os seus alunos não apenas a compreensão científica, mas também a instrução da comunidade. Na perspectiva da observação, observou-se que durante o horário típico do dia a dia da aula, as pessoas ainda empregam o método tradicional, o método da conversa casual, a aplicação do conteúdo à aula.

O professor e os alunos assumirão a tarefa de escrever o texto em seus cadernos. Observamos as tentativas dos professores de se comunicarem com seus alunos. O professor é um parceiro dedicado de seus alunos, o que torna a aula mais agradável e produtiva. Na escola atuam professores não tradicionais, oriundos do município sede que se deslocam para atuar em escolas rurais, a maioria deles são recém-formados em diversas áreas de estudo. Na contextualização, o perfil do professor é caracterizado pelo conhecimento ou experiência tradicional e pela presença de sua gente. É a dedicação do educador com o que faz, porém, o professor pode fazer a diferença, mas deve se comunicar com toda a comunidade escolar. Com isso, a doação contribui para o ensino e aprendizagem dos alunos e também para que eles se sintam valorizados no exercício da profissão.

Além disso, reconheceu-se que muitas das lições aprendidas na escola não têm um impacto significativo no desenvolvimento dos alunos. A dificuldade é maior ao aprender duas línguas, a primeira é o português e a segunda a língua nativa é a língua materna. O professor tenta envolver ambos os lados no processo, sempre tentando incutir nos alunos o que eles estão aprendendo e compreendendo. E os professores não indígenas têm que lidar com a questão da língua porque não são falantes nativos.

Muitas alterações ocorreram, e ainda ocorrem de forma lenta, mas precisam ser cada vez mais ampliadas para garantir os direitos dos alunos, das escolas e da comunidade. Para descobrir o que procurávamos esclarecer no campo de estudo, tivemos a oportunidade e o privilégio de entrevistar o

gestor da escola. Ele se questionou: a língua nativa da escola e seus processos educativos eram os mesmos? aprendizado do aluno? É surpreendente na apresentação do gestor que quando fala sobre os problemas da escola, ele não consegue compreender porque a língua nativa não faz parte do currículo da escola, mas os professores têm dificuldade constante em tentar ensinar algo mais do que os alunos já aprenderam, este é um conteúdo que será útil para você no futuro.

Pela descrição do gestor, fica evidente que embora a reputação da escola seja caracterizada pela especificidade e diferenciação, na prática ela é diferente. São desafios mais difíceis que os alunos e a escola irão encontrar, isso terá efeito na formação dos alunos. Talvez da comunidade. Será necessário levar a sério o ensino da língua nativa e implementá-lo ou isso levará à perda da língua, da cultura e da identidade do povo, como ocorreu em outros povos indígenas do Brasil.

É importante ter uma perspectiva diferente como forma de garantir os direitos já expressos na lei, pelos professores, pais e comunidade, esses direitos precisam de ser melhorados comprometem-se a manter as tradições da primeira geração sem sacrificar os aspectos mais importantes das suas vidas ou das suas línguas. Observou-se que alguns funcionários e alunos falam sua língua nativa para se comunicarem, enquanto outros falam português. É possível afirmar que a educação é uma batalha e uma questão que precisa ser garantida. Todos os elementos observados foram de grande importância para promover debates, discussões e encontros mais efetivos, entende-se que requerem reflexão diante de desafios que conduzam a novos estudos.

Ao longo da pesquisa, a presença de uma análise abrangente dos detalhes da tarefa deixou evidente que a educação indígena das crianças ainda apresenta problemas, apesar dos avanços para ter uma educação de qualidade focada em seus conhecimentos reais. É crucial implementar e utilizar novos métodos e abordagens no ensino através da língua nativa, com foco específico nos alunos, nos professores e na comunidade como um todo. Isso melhorará a preparação de alunos, professores e da comunidade como um todo.

Enquanto ao processo histórico da educação indígena e suas políticas públicas que visam proporcionar aos indígenas direito à educação, constatou-se em pesquisa exploratórias em acervos científicos que o SPI foi a primeira política pública voltada para as populações indígenas em que se criou a possibilidade de ação estatizada para essas populações, tendo como práticas de significação a correlação entre trabalho, vida e linguagem. O SPI foi a primeira política pública voltada para as populações indígenas em que se criou a possibilidade de ação estatizada para essas populações, tendo como práticas de significação a correlação entre trabalho, vida e linguagem.

A Educação Escolar Indígena é assegurada na Constituição Federal Brasileira de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que assegura às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada, específica e bilíngue. Outro documento importante é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada no

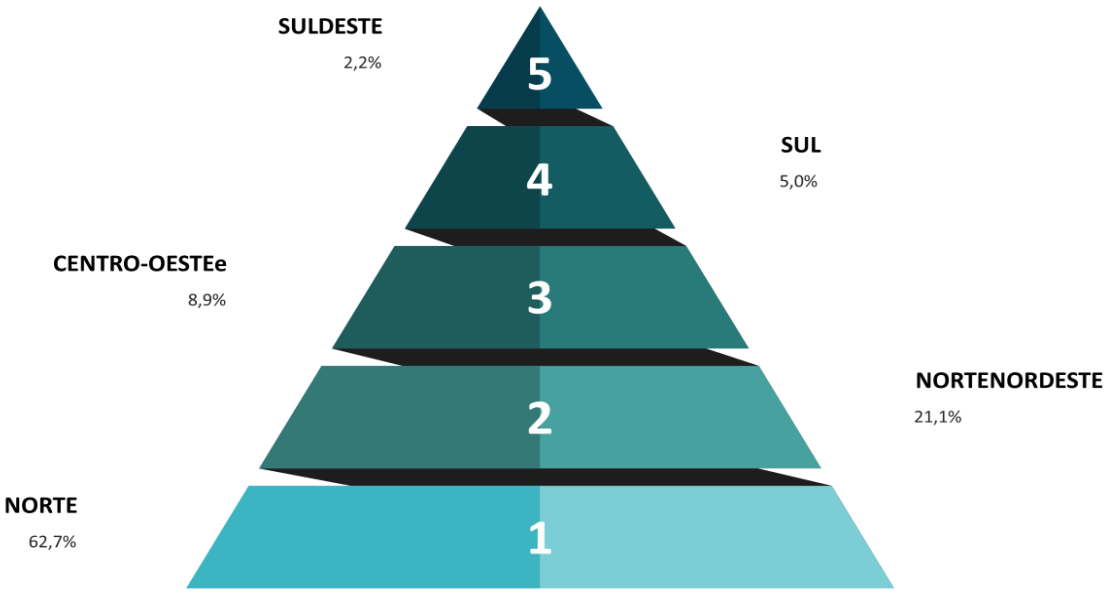
Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, bem como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas de 2007.

Embora a legislação educacional do país afirma o direito dos povos indígenas a uma educação que valoriza os saberes e práticas tradicionais, que valoriza os saberes e práticas tradicionais, que seja bilíngue e que valorize as línguas indígenas, que seja coerente com a aspirações de formação das comunidades diferenciado e de suas próprias propostas político-pedagógicas, na prática é o modelo nacional de escola que continua se impor. O direito dos povos indígenas a uma educação de qualidade que respeite e valoriza os saberes habilidades e práticas tradicionais e garanta a igualdade de oportunidades e formação a que os demais cidadãos brasileiros tenham acesso enfrenta sérios desafios. Apesar da existência de compromissos internacionais e de uma legislação nacional avançada e detalhada que acolhe as reivindicações dos povos indígenas por escolas de qualidade em suas aldeias, existem, na prática obstáculos e dificuldades que se cristalizaram ao longo dos anos, criando uma situação de discriminação na obtenção de acesso à educação de qualidade para crianças e jovens indígenas, o que caracteriza uma situação de violação de direitos. Quando se fala em educação indígena é a educação voltada para os povos indígenas, respeitando suas especificidades culturais e procurando preservar suas culturas tradicionais.

Foram feitos avanços e acordos no campo da educação aborígine, tanto no nível legal quanto administrativo. Ainda não foi erigido nenhum sistema que atenda às necessidades educacionais dos interesses dos povos indígenas, respeitando seus estilos de vida e ritmos, preservando o papel da comunidade indígena na determinação e gestão do tipo de escola desejado.

Nesse contexto, uma coisa é clara: a educação escolar indígena tornou-se uma agenda política relevante para os povos indígenas, o movimento indígena e o apoio aos povos indígenas, não é mais uma questão secundária, ganhou importância porque mobiliza diferentes instituições e recursos. Em uma busca nas informações do em dados exploratórios no Ministério de Educação e Cultura, constatou-se que a maior número de escolas indígena estar concentrada na região norte como explicita no gráfico 01:

GRÁFICO 01: PORCENTAGEM DE ESCOLAS INDÍGENAS INSTALADAS NO BRASIL POR REGIÃO

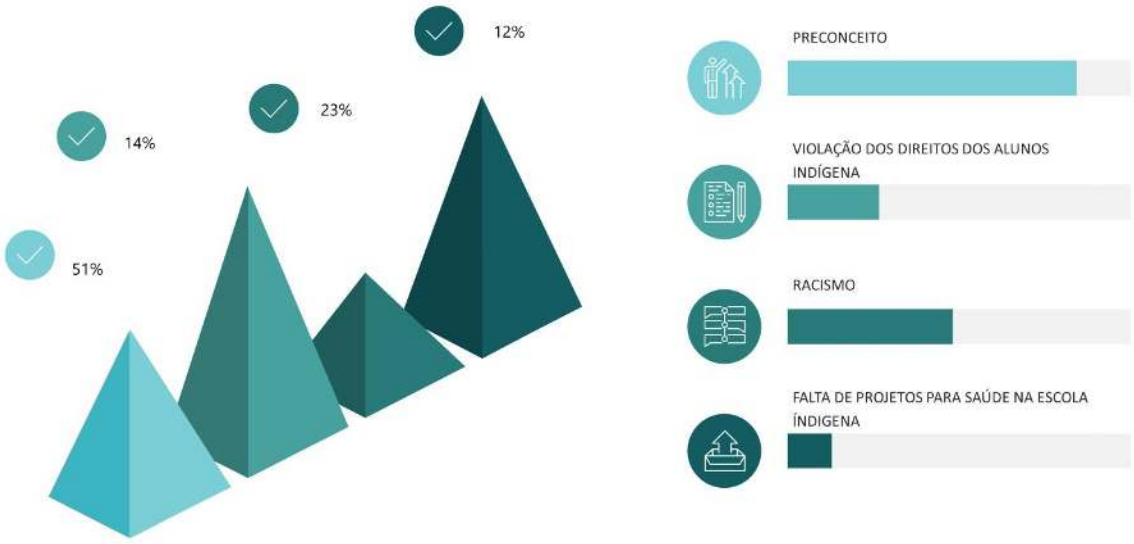


Fonte: MEC/INEP (Censo Escolar 2012)

Nesse cenário, fica fácil concluir que a maioria dos programas educacionais apresentados aos povos indígenas tem maior concentração na Região Norte. Para fins de logística e implementação de ações afirmativas para os povos indígenas, o Governo Federal, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), criou programas para a formação de professores indígenas. Embora em oferta crescente, o número de professores índios ainda é reduzido.

De modo geral, parece não haver uma formação adequada para os professores em atuação nas escolas indígenas, sejam eles índios ou não-índios, que possibilite aos mesmos a aquisição de conhecimentos para o exercício do magistério, dentro de uma proposta escolar que tenha por princípios a especificidade, a diferença, a inter-culturalidade e o bilinguismo. Poucas são as escolas reconhecidas como indígenas: em sua maioria são consideradas como escolas rurais ou classes de extensões dessas (MEC-SECADI, 2002).

GRÁFICO 02: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA



Fonte: Pesquisa de campo realizado no ano de 2022

Como apresentado graficamente, 51% dos entrevistados relatam que o preconceito no processo educativo ainda é um grande gargalo em sala de aula para as turmas dos alunos indígenas, eis a grande relevância dos índios possuírem sua própria escola. O processo da educação escolar indígena é oferecer um sistema educacional diferenciado e de qualidade, no sentido de responder às especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos. As principais nescessidade dos educadores indígenas é a falta de concursos públicos específicos para professores indígenas, afim de garantir maior valor educacional ao povo indígena e a infraestrutura nas escolas indígenas bem como a valorização das línguas indígenas. Só assim os direito seriam plasíveis e o racismo seria controlado, por estarem em seu proprio ambiente.

Como explicito graficamente segundo os educadores intrevistados, 23% relatam que os alunos sofrem de racismo nas escolas públicas que não é indígena. Fato que nescessita ser revisto enfatiza-ase quepesquisa relatam que as posições mais baixas da sociedade em grande parte eram ocupadas por negros e indígenas. São vítimas da pobreza e da violência desejada. Pelo contrário Os brancos ocuparam o topo da pirâmide social. Historicamente desprovidos desses meios básicos de ascensão social, negros e indígenas ainda não competem em pé de igualdade com os brancos. O racismo com os alunos indígenam é fato, talves porque a maior parte do setor político contra a injustiça ainda é impulsionado pelo eurocentrismo e, portanto, pela teleologia do progresso.

O direito à diversidade cultural é uma garantia dada a certos grupos culturalmente distintos de que suas tradições, crenças e costumes podem ser conservados e protegidos diante dos movimentos interculturais, ou seja, ninguém pode ser obrigado a abster-se de ter suas próprias tradições, crenças e costumes, ou mesmo ser forçado a aderir às tradições de crenças e costumes de outros grupos. “A

abertura ao diálogo intercultural em vista da diversidade, a abertura baseada no reconhecimento do outro com dignidade e direitos, é um pré-requisito para que a cultura dos direitos humanos seja um mínimo ético irredutível.

A Constituição Federal de 1988 promove a valorização das línguas maternas e o processo de assimilação de seus conhecimentos, conforme documenta a Constituição Federal, "art. 210, § 2º, p.131, o ensino fundamental regular será implementado em português, garantir que os povos indígenas utilizem as suas línguas nativas e aprendam através dos seus próprios processos. No início, a educação indígena era realizada por missionários jesuítas com a finalidade do batismo. Na época da colonização do Brasil, os indígenas foram submetidos a diversos tipos de violência e foram explorados pelos colonos. A corte portuguesa determinou aos seus inferiores, especialmente à igreja, o batismo desses indivíduos para domesticá-los. Isso ocorreu com o intuito de popularizar o processo de batismo.

Na década de 90, a educação indígena passou a ser mais baseada em ações práticas que haviam sido empreendidas nas décadas anteriores, essas ações incrementaram o Movimento Indígena e levaram à reivindicação de direitos, incluindo uma educação específica e diferenciada. Em fevereiro de 1991, foi penalizado o decreto número 26, que confere ao MEC competência para fiscalizar a coordenação das ações relativas à educação indígena em todos os níveis e modalidades de ensino, em parceria com a Fundação Nacional do Índio. A Lei de Diretrizes e de Base da Educação Nacional (LDBEN) documenta que devemos homenagear os povos indígenas e para isso devemos seguir as exigências da lei: o ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições de diferentes culturas e etnias na formação da população brasileira, especificamente no que diz respeito à origem indígena, africana e europeia. A educação específica e diferenciada para os povos indígenas está agora sendo praticada em todas as partes do país. Se

É possível afirmar que a aculturação seria uma forma de evolução cultural facilitada por fatores externos (a interação entre diferentes tradições culturais) em oposição ao processo permanente que ocorre dentro da própria cultura, que é a sociedade como um todo ao longo do tempo. É crucial reconhecer que os valores e tradições de uma determinada população podem mudar de acordo com a dinâmica do sistema cultural, embora isso ocorra de forma mais lenta e gradual. Contudo, é possível afirmar que a aculturação seria a transformação cultural promovida pela interação entre diferentes culturas que ocorre através do processo de aculturação de forma menos severa e mais significativa; Para demonstrar isto, basta examinar a forma como os europeus trataram os índios e os negros, bem como a forma como tentaram impor algumas tradições e valores, como o catolicismo como fé.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura indígena é ampla e diversificada, contrariando o senso comum. Os historiadores estimam que havia quatro grupos linguísticos principais no início do século XVI: Essas famílias linguísticas compartilhavam a mesma língua e culturas semelhantes.

Os povos indígenas, embora pertencessem a diversos grupos com diferenças específicas de comportamento e cultura, tinham elementos comuns que consolidavam uma cultura indígena como um todo. Eles têm religiões, hábitos, costumes e maneiras semelhantes. Os índios usam bijuterias corporais e pinturas feitas com materiais naturais, como corantes de urucum. colar feito de peças naturais Botões e joias feitas de penas (que usa penas e penas). Por trás dos ornamentos e croquis no corpo estão emblemas importantes que podem identificar o sexo a idade a aldeia e a posição social da índia resultando na identidade cultural dos povos indígenas. Quando se considera apenas a cultura desenvolvida pelos povos indígenas da região da escola foco deste estudo, já se tem um espectro cultural enorme.

Ficou comprovado que a aculturação é um conceito antropológico. É definido pelo processo dinâmico de mudança social e cultural que ocorre por meio do contato (direta ou indiretamente) entre diferentes grupos sociais. Esses grupos são influenciados por vários elementos e criam novas estruturas. Um exemplo é a mistura das culturas amazônicas com de outras regiões. Aculturação é um conceito muito amplo que envolve os conhecimentos valores, costumes, modos, práticas, hábitos, comportamentos e crenças de um determinado povo. Não é estável, por isso está em constante processo de ajustes. Constatou-se que a perda da identidade cultural é fato, ou seja, alguns estão perdendo seus costumes e tradições. Esse processo é visível no parque das tribos.

Reconhecer as dinâmicas sociais e culturais requer atenção tanto à inovação quanto à tradição Assim, em vez de negar a reprodução social, expande o conceito de reprodução social para incluir a possibilidade de mudança. Dessa forma, vai além do pressuposto de que o único objetivo dessas sociedades em todos os seus aspectos é a permanência. Culturas têm uma característica marcante que é a preocupação com as relações pessoais, redundando na priorização das metas grupais em detrimento dos pessoais. Além disso, as pessoas são interdependentes em termos intergrupais, o que as leva a se comportar tendo como referência a comunidade a que pertence.

No que se refere ao processo histórico da educação indígena e suas políticas públicas visando proporcionar aos indígenas direito à educação, constatou-se que os avanços no campo da educação são relevantes, mais que precisam sair do papel. Pois, ainda não foi erigido um sistema que atenda às necessidades educacionais dos indígenas de acordo com seus interesses, respeitando seu estilo de vida e ritmo de vida, preservando o papel da comunidade indígena na definição e gestão do tipo de escola desejado.

A educação indígena parece estar progredindo lentamente com sucesso, mas muitos obstáculos continuam a emergir. A presente obra é enquadrada como um trabalho propositivo. Acredita-se que este revela pontos fundamentais para a formação de professores em geral e para a formação de profissionais pedagógicos escolares indígenas em particular, e que os processos culturais precisam serem valorizados.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, G.; LILIAN, S.; PACHECO, M. Educação escolar indígena: uma reflexão 1. Educon, Aracaju, Volume 08, n. 01, p.1-9, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/9812/41/41.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Interculturalidade nas práticas escolares. In: PALADINO, Mariana; CZARNY, Gabriela (Org.). Povos indígenas e escolarização: discussões para se repensar novas epistemes nas sociedades latino-americanas. Rio de Janeiro,RJ: Garamond, 2012. p. 27-42.

BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das letras, 1992

BRANDÃO, Carlos Antônio. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local. Campinas: Ed. UNICAMP, 2007.

BRASIL, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Documento Final da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Ministério da Educação, Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: SECADI, 2014.

___. ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

___. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

___. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Resolução N° 3/99/CNE/CEB. Aprovado em 10.11.1999.

___. Lei 6001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o estatuto do índio Brasília. 1975. p5-16.

___. Obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Lei 10.645. Brasília, 2008.

___. Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília: Diário Oficial da União, DF, Seção I, p. 7, jun. 2012.

CANDAU, Vera Maria. Cotidiano escolar e práticas interculturais. Caderno de campos. v.46 n.161 p.802-820, 2016.

LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2009

RIBEIRO MEIRELES, J. M. O contexto da educação escolar indígena brasileira. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 12, n. 24, p. 396–417, 11 dez. 2020.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MOONEM, F. MAIA, L.M. (Org) Etnohistória dos Índios Potiguara. João Pessoa: SEC, 1996.

SANTOS , Célio Bezerra Soares. Saberes Docentes Indígenas: Possibilidades E Desafios Para O Ensino Da Matemática Em Um Contexto Intercultural. Universidade Federal De Pernambuco Centro Acadêmico Do Agreste Núcleo De Formação Docente Curso Matemática-Licenciatura, 2021